

Comissão do Esporte debate o VAR no futebol

A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados realizou na terça-feira (19) audiência pública para explicações sobre o funcionamento e as regras do árbitro de vídeo (VAR) no futebol. Estiveram presentes, o presidente da Comissão Nacional de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Leonardo Gaciba; o presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol (ANAF), Salmo Valentim; e o presidente da Comissão Especial de Planejamento e Desenvolvimento da Arbitragem da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FFERJ), Jorge Rabello. A iniciativa da audiência foi dos deputados Luiz Antonio Teixeira Jr (PP-RJ), Helio Lopes (PSL-RJ) e Flordelis (PSD-RJ).

Autor do PL nº 5572/19, que propõe a divulgação na íntegra das conversas entre VAR e árbitro de campo durante as partidas e que tramita na Comissão do Esporte, o deputado Luiz Antonio Teixeira Jr. conduziu a audiência. "Queremos que haja transparência, para que não paire nenhuma dúvida de que a direção do VAR tenha qualquer tipo de interferência", argumentou o parlamentar. Segundo ele, a



Reynaldo Lima/ACervo CESPO

divulgação dos áudios e vídeos do VAR é matéria de legislação a partir do momento em que trata da transparência do futebol, uma exigência do Estatuto do Torcedor.

Em sua explanação, o presidente da Comissão Nacional de Arbitragem da CBF, Leonardo Gaciba, apresentou os números sobre o VAR no campeonato brasileiro e afirmou que não vê problemas na divulgação das conversas entre árbitros de campo e de vídeo durante a tomada de decisões polêmicas nos jogos. "Podemos liberar os áudios sem problema nenhum. Vamos pedir essa permissão ao IFAB. Não todos, mas vamos mostrar alguns áudios quando ele for decisivo para a tomada de decisão", disse Gaciba.

Segundo o próprio Gaciba, a decisão não cabe apenas à

CBF, mas ao Comitê Internacional das Associações de Futebol (IFAB), responsável pelo protocolo que rege as regras do VAR. Como lembrou o deputado Roman (PSD-PR), que foi árbitro FIFA, "a tecnologia do replay existe desde a Copa de 1978. Com o gol de mão do Maradona na Copa de 1986, começou essa discussão, mas só na Copa de 2010, depois do gol anulado da Inglaterra contra a Alemanha, é que houve o interesse de mudar os protocolos e instituir o VAR".

DESAFIO

Uma das questões, levantada pelo deputado Delegado Pablo (PSL-AM), dizia respeito à possibilidade da inclusão de desafios por parte dos treinadores das equipes envolvidas no jogo, como já ocorre no vôlei e no futebol americano, por exemplo. Gaciba afirmou ser

a favor de uma possível mudança. "Eu acho que no mínimo um desafio para cada um dos treinadores minimizaria muito a responsabilidade da arbitragem. E acima de tudo, a questão da crítica dos clubes", afirmou. Diante da afirmação, o deputado se propôs a encaminhar um pedido oficial à CBF para que a entidade solicite ao IFAB uma mudança no protocolo do VAR.

TREINAMENTO

Jorge Rabello, representando a arbitragem do Rio de Janeiro, relatou as dificuldades financeiras vividas pelas federações estaduais na formação dos árbitros. "Precisamos lembrar que a tecnologia veio para ajudar, mas o investimento na pessoa humana precisa ser prioridade. E não tem sido assim recentemente", destacou.





Por um esporte com mais transparência e saúde

Reynaldo Lima/Acervo CESPO

Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ)

Este é seu primeiro mandato como deputado federal. Por que um médico escolheu ser integrante da Comissão do Esporte? Como avalia a experiência de estrejar na CESPO?

Esporte e saúde são assuntos que estão interligados. Sou médico e tenho especialização em medicina do esporte. Já atuei nessa área e acredito que é preciso investir em prevenção. A prática regular de exercícios é fundamental para uma vida saudável. Minha estreia na CESPO envolve uma questão que mexe com todo o país, que é a transparência no esporte. Sou um apaixonado por futebol e venho acompanhando as polêmicas causadas pelo VAR, o árbitro de vídeo. A partir disso tomei providências práticas dentro do que cabe ao Legislativo.

O senhor apresentou um projeto de lei que cria mecanismos de transparência para a arbitragem no futebol brasileiro. O que o senhor pretende com essa proposta?

Queremos transparência no esporte. Então solicitei uma audiência pública, que contou com a presença do presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, Leonardo Gaciba, do presidente da Comissão Especial de Planejamento e Desenvolvimento da Arbitragem da

Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, Jorge Fernando Rabello e de Salmo Valentim, presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol. Diante de todos os números apresentados e da seriedade com que o instrumento é usado, tenho ainda mais certeza da importância da divulgação dos áudios.

Atualmente o VAR praticamente decide os principais lances do futebol e não sabemos o que é discutido entre eles. Temos acompanhado decisões polêmicas e que têm impacto direto nos resultados dos jogos. Por isso criei o Projeto de Lei nº 10.671/19 para que o torcedor tenha acesso aos diálogos realizados entre os árbitros quando forem feitos por meio de instrumentos eletrônicos.

Errar é humano, o árbitro pode se equivocar, isso faz parte da história do esporte, mas o torcedor precisa ter o direito de entender por que determinadas decisões foram tomadas pela arbitragem. A CBF se mostrou sensível à proposta e agora precisamos ver como podemos implementá-la.

Qual a sua avaliação sobre a importância do esporte para a saúde? De que forma o senhor pode contribuir para a formu-



ção de políticas públicas nessas áreas?

Esporte é saúde, ajuda a prevenir doenças, melhora o humor, equilibra o sono, proporciona diversos benefícios ao indivíduo. Como médico ortopedista tenho grande preocupação com a inclusão do esporte na rotina dos idosos e como aliado à prevenção

da obesidade infantil. Acredito que posso contribuir bastante com propostas capazes de aliar a prática de exercícios e esportes em geral à saúde da população. A medicina avançou e precisamos entender que prevenir é muito mais eficiente e barato do que tratar a doença. É preciso investir em prevenção e estou na Comissão do Esporte para atuar neste sentido.

Membros da Comissão do Esporte – CESPO

Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE), **1º Vice-Presidente:** Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS), **2º Vice-Presidente:** Fabio Reis (MDB/SE) e **3º Vice-Presidente:** Afonso Hamm (PP/RS). **Membros:** Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PL/REPUBLICANOS/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN Afonso Hamm PP/RS; Bosco Costa PL/SE; Carlos Chiodini MDB/SC; Celina Leão PP/DF; Célio Silveira PSDB/GO; Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS; David Soares DEM/SP; Delegado Pablo PSL/AM; Domingos Neto PSD/CE; Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. PP/RJ; Dr. Luiz Ovando PSL/MS; Dr. Zacharias Calil DEM/GO; Fábio Mitidieri PSD/SE; Fabio Reis MDB/SE; Fernando Monteiro PP/PE; Flordelis PSD/RJ; Gutemberg Reis MDB/RJ; Hélio Leite DEM/PA; Helio Lopes PSL/RJ; Hugo Leal PSD/RJ; Isnaldo Bulhões Jr. MDB/AL; José Rocha PL/BA; Julio Cesar Ribeiro REPUBLICANOS/DF; Luiz Lima PSL/RJ; Marcelo Aro PP/MG; Roberto Alves REPUBLICANOS/SP; Roman PSD/PR; Vavá Martins REPUBLICANOS/PA. Bloco PDT/PODE/SOLIDARIEDADE/PCdoB/PATRIOTA/CIDADANIA/PROS /AVANTE/PV/DC André Figueiredo PDT/CE; Alex Manente PPS/SP; Bocá Aberta PROS/PR; Fábio Henrique PDT/SE; Flávia Moraes PDT/GO; Renildo Calheiros PCdoB/PE. Bloco PT/PSB/PSOL/REDE Airton Faleiro PT/PA; Aliel Machado PSB/PR; Felipe Carreras PSB/PE; NOVO Alexis Fonteyne NOVO/SP.



CESPO ouve propostas de prática de esportes de combate para reduzir agressividade

A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados realizou audiência pública na quarta-feira (20) para debater a prática de esportes de combate como medida para reduzir a agressividade, com iniciativa do deputado Bosco Costa (PL-SE). A audiência contou com a presença de Pierry de Oliveira Nunes, profissional de Educação Física; Mauro José da Silva, presidente da Confederação Brasileira de Boxe; e Luiz Gonzaga Filho, presidente da Federação Metropolitana de Judô.

O professor Pierry Nunes apresentou a pesquisa que realizou no município de Triunfo, no Rio Grande do Sul, na qual demonstrou que as experiências vivenciadas por meio dos esportes de combate podem contribuir para tratar comportamentos como a falta de disciplina, concentração, dificuldade de relacionamentos, baixa autoestima e agressividade. “As experiências vivenciadas através do Karate-Do, contribuíram para o aumento do autocontrole, da concentração, do rendimento escolar, da disciplina, das inteligências interpessoais e intrapessoais, melhorando o convívio entre os alunos e professores e a comunidade local”, concluiu o professor.

O presidente da Confederação Brasileira de Boxe, Mauro José



Reynaldo Lima/Acervo CESPO

Oliveira apresentou projetos esportivos da modalidade realizados em diversas cidades do Brasil, com o apoio da Confederação e da comunidade, sem a participação do poder público. “O boxe é a modalidade que mais exige das capacidades fundamentais desportivas de seus atletas. A defesa é um princípio básico e a atenção à defesa significa respeitar seu oponente. Isso tudo exige disciplina, respeito e igualdade e contribui na formação não só de atletas vitoriosos, mas também de verdadeiros cidadãos”, afirmou.

O presidente da Federação Metropolitana de Judô ressaltou os avanços que o judô teve no Distrito Federal e como a modalidade passou a ser integrante das atividades dos Centros Olímpicos e Paralímpicos que atendem a população.

O deputado Bosco Costa ressaltou a importância e o ineditismo desse debate na Comissão do Esporte. “Sem dúvida, há muitas outras experiências espalhadas pelo País que se utilizam dos benefícios dos esportes de combate como medida, por exemplo, de redução da agressividade e de formação de cidadãos. E é nosso papel discutir o que pode ser feito para valorizar e ampliar tais práticas”, concluiu o parlamentar.

Avanços e contrastes marcam audiência pública com confederações olímpicas

A Comissão do Esporte reuniu cinco confederações olímpicas das modalidades de lutas na terça-feira (12), dando continuidade à série de audiências públicas propostas pelo deputado Luiz Lima (PSL-RJ). Dessa vez, estiveram presentes as modalidades de boxe, esgrima, judô, taekwondo e wrestling. Durante a audiência, os presidentes e atletas falaram sobre a atual estrutura das confederações, os resultados recentes das principais competições e fizeram uma projeção para os Jogos Olímpicos de 2020 em Tóquio.

Participaram da audiência: pelo wrestling, a presidente da Comissão de Atletas, Aline Silva (por web conferência), o presidente da Confederação Brasileira de Wrestling, Pedro Gama Filho, e o Superintendente da entidade, Roberto Leitão; pelo taekwondo, o integrante da Comissão de Atletas, Diogo Silva, e a diretora técnica da Confederação Brasileira de Taekwondo, Natália Falavigna; pelo judô, o representante da Comissão de Atletas, Victor Penalber (por web conferência), o gerente de Alto Rendimento, Ney Wilson, e o presidente da Confederação Brasileira de Judô, Sílvia Acácio Borges; pela esgrima, a representante da Comissão de Atletas da Confederação Brasileira de Esgrima, Sílvia Rothfeld; e, pelo boxe, o integrante da Comissão de Atletas, Julião Neto, e o presidente da Confederação Brasileira de Boxe, Mauro José da Silva. Justificou sua ausência, o presidente da Confederação Brasileira de Esgrima, Ricardo Pacheco Machado.

A medalhista olímpica e hoje diretora técnica da Confederação Brasileira de Taekwondo, Natália Falavigna, relatou as melhorias ocorridas após uma situação de quase desmonte desse esporte no País. “A confederação tinha R\$ 6 milhões em dívida, estava sem receber recursos da Lei Piva, estava sem as certidões negativas junto ao ministério.

Além disso, tinha 33 apontamentos no Serasa, fora todo o contexto conturbado, fora a falta de regulamento, de regras e tudo mais que vocês possam imaginar. A partir daí, a gente começou a reestruturar uma confederação”, disse Falavigna.

Autor das denúncias, o campeão pan-americano Diogo Silva, hoje membro da recém-criada Comissão de Atletas da Confederação Brasileira de Taekwondo, comemorou a construção de uma nova cultura em que as decisões não são mais tomadas de portas fechadas. “Passei a minha carreira toda sem saber como funciona politicamente uma gestão, qual é o recurso, como ele é direcionado, e sem poder discutir isso. Todas as decisões eram tomadas sem que o atleta sequer fosse consultado. No ano de 2018, temos a primeira assembleia aberta ao público. Isso é um avanço histórico dentro da nossa gestão”, declarou Silva.

Esgrima

Os bons ventos de mudança ainda não alcançaram a Confederação Brasileira de Esgrima, segundo a representante da comissão de atletas, Sílvia Rothfeld. Entre os problemas apontados estão a perpetuação das mesmas pessoas no poder e uma transparência que só existe no papel.

“A esgrima fez parte de todas essas investigações junto com o taekwondo, que eram denúncias minhas. O plano de gestão, ética e transparência está muito bonito dentro do Comitê Olímpico do Brasil. As exigências estão acontecendo dentro das confederações, mas efetivamente isso está mudando? Olha o histórico do nosso presidente. Ele era vice do anterior e se candidata. Essa perpetuação dos poderes que não dá mais”, afirmou.



A desinformação ligada ao Marco Regulatório dos Jogos de Azar no Brasil

Deputado Delegado Pablo (PSL-AM)*

Reynaldo Lima/Acervo CESPO

Parafraseando Joseph Goebels, “uma mentira contada mil vezes se torna verdade”. Nesse sentido, há no Brasil uma campanha difamatória orquestrada por alguns segmentos da sociedade contrários à regulação dos jogos de azar no Brasil. Sem qualquer tipo de profundidade ideológica, embasamento empírico e científico em suas afirmações, o movimento citado defende o seguinte: “o vício de jogar seria um transtorno de comportamento grave, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde” e que “a jogatina esconde riscos enormes: corrupção, lavagem de dinheiro, sonegação de impostos, prostituição e tráfico de drogas”; dentre outros argumentos que não serão possíveis de abordar no presente ensaio, contudo com a mesma carga de superficialidade cognitiva.

No Brasil, costuma-se dizer que se joga futebol, tênis, basquete, bem como se joga roleta, black jack e bazarã. Assim, qualquer forma de prática, seja de habilidade ou não, é classificado pelo nosso vernáculo como “jogo”. De outro giro, o vernáculo inglês diferencia a prática das atividades acima listadas. Isto é, se utiliza “playing” para quem joga futebol, basquete e tênis e utiliza-se “gambling” quem joga roleta, black jack ou bazarã, estes últimos, modalidades de

jogos de azar.

Faço parte da Subcomissão Especial dos Jogos e Apostas Online desta Comissão do Esporte. Temos como objetivo propor uma forma de regulamentar os jogos de azar no Brasil. Sabemos que existe um discurso de cognição rasa, representada por alguns movimentos organizados na sociedade, que demonizam a regulação do jogo de azar no Brasil, lançando argumentos sem comprovação científica ou empírica.

Nesse sentido, restou patente que apenas Brasil e Cuba, dentre 108 países que pertencem à Organização Mundial da Saúde (OMS), não regulamentaram o jogo no mundo, havendo um mercado não regulado enorme que não arrecada tributos e não gera empregos formais. Por fim, isso sim, pode causar aumento de criminalidade por disputas de pontos, a título de exemplo. Ademais, o vício em jogos de azar não deve ser combatido sem a regulação do mercado, muito pelo contrário, essa regulação traz luz ao sistema, que por sua vez, traz instrumentos capazes de diminuir os riscos do vício com ferramentas exitosas, com listas negras e autoexclusão.

Por fim, não seria possível impedir que a atividade da indústria do jogo se instalasse no país sob o argumento de que geraria crimes e aumentaria o



número de doentes de compulsivos, repise-se, sem qualquer comprovação empírica e científica, em análises comparativas. Dessa forma, resta patente que o país necessita de ter o bem jurídico tutelado robusto sobre os jogos de azar. Não o que ocorre atualmente, em que é balizado pelos costumes e como uma atividade contravencional apenas. Regu-

lando o mercado, novos bens jurídicos tutelados serão elevados para combater o mercado irregular, trazendo segurança jurídica capaz de trazer recursos, turismo, emprego formal e progresso.

*Deputado Delegado Pablo (PSL-AM) é membro da Comissão do Esporte e integrante da Subcomissão Especial dos Jogos e Apostas Online.

Expediente

Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE); **1º Vice-Presidente:** Dánrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS); **2º Vice-Presidente:** Fabio Reis (MDB/SE) e **3º Vice-Presidente:** Afonso Hamm (PP/RS). **Secretário-Executivo:** Lindberg Aziz Curý Júnior. **Corpo Técnico:** Alessandra Muller Vidal Guerra, Maria do Socorro Dias Aires de Carvalho, Regina Olímpia Figueira de Bessa, Reynaldo Barbosa Lima e Henrique Augusto Honorio da Silva (estagiário). **Diagramação:** Patrícia Weiss. **Endereço da Comissão do Esporte:** Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, sala 2, térreo. Telefones (61) 3216-6351/52/53/54. **Email:** cespo.decom@camara.leg.br. **Endereço eletrônico:** camara.leg.br/cespo